



*O deputado Paulo Magalhães, sobrinho de Antonio Carlos, assina requerimento, mas oposição cobra mais adesões*

## Tudo começou com troca de acusações

BRASÍLIA – A CPI da Corrupção foi deflagrada pela troca de acusações entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). A oposição vislumbrou a possibilidade de instalar a CPI com a divulgação de uma conversa entre Antonio Carlos e procuradores da República, após a vitória de Jader na eleição para a presidência do Senado. O senador baiano fez denúncias e apontou caminhos que provariam o envolvimento de Eduardo Jorge Caldas, ex-secretário-geral da Presidência da República, no desvio de verbas do

Fórum Trabalhista de São Paulo.

A idéia inicial da oposição era apurar as denúncias utilizando o requerimento de CPI de Eduardo Jorge, que já contava com 109 das 171 assinaturas necessárias na Câmara dos Deputados e 19 das 27 assinaturas no Senado. O governo bombardeou a iniciativa com o argumento de que as acusações não tinham “objeto determinado”, como determina a Constituição. Os senadores Antonio Carlos e Jader Barbalho, por sua vez, exigiram que as denúncias de um contra o outro fossem incluídas no pedido da CPI.

As divergências entre os partidos de oposição e a avaliação de que o requerimento original poderia constranger os principais envolvidos nas denúncias determinaram a apresentação de um novo pedido de CPI. O texto foi refeito, com a inclusão de sete denúncias (desdobrados em dez pontos) feitas tanto por Antonio Carlos quanto por Barbalho. O senador baiano assinou o pedido, sem contudo orientar o grupo de parlamentares ligado a ele a segui-lo. Jader colocou o governo definitivamente em maus lençóis, ao se sentir obrigado a também assinar o pedido.